

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Instituto de Medicina Social
Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva

DEPARTAMENTO: DPPAS		PROFESSOR: Tania França	
ANO:	2020	CÓDIGO:	
SEMESTRE:	1	CARGA HORÁRIA / CRÉDITOS:	30h/2
INÍCIO (dia/mês):	20/03/20	DIA DA SEMANA/HORÁRIO	Segunda-feira – 9:00-12:00
TÉRMINO (dia/mês):	26/06/20		

DISCIPLINA

Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? Parte 3

EMENTA E PROGRAMA DETALHADOS:

Contextualizar o papel estratégico da Política Nacional da Educação Permanente na Saúde para consolidação do Sistema Único de Saúde. Abordar aspectos relevantes do atual movimento da PNEPS a partir dos termos integração ensino serviço e Educação Interprofissional em Saúde.

(Facultativo aos alunos inscritos no segundo semestre 2019)

BIBLIOGRAFIA INDICADA:

Albuquerque, V. S.; Gomes, A. P.; Rezende, C. H. A. et al. A integração ensino-serviço no contexto dos processos de mudanças na formação superior dos profissionais da saúde. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 32, n. 3, p. 356-362, 2008.

Atun, R. A.; Kyratsis, I.; Jelic, G. et al. Diffusion of complex health innovations: implementation of primary health care reforms in Bosnia and Herzegovina. Health Policy and Planning, v. 22, n. 1, p. 28-39, 2007.

Brasil. Ministério da Educação. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 10, de 20 de agosto de 2014. Institui a Comissão Executiva dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde e o Comitê Nacional dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde. Diário Oficial da União, 2014.

Brasil. Ministério da Educação. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 1.127, de 04 de agosto de 2015. Institui as diretrizes para a celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), para o fortalecimento da integração entre ensino, serviços e comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, 2015.

Brasil. Ministério da Saúde. Atenção domiciliar no SUS: resultados do laboratório de inovação em atenção domiciliar. Brasília: Ministério da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde, 2014.

Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 569, de 8 de dezembro de 2017. Aprova o Parecer Técnico nº 300/2017, que apresenta princípios gerais a serem incorporados nas DCN de todos os cursos de graduação da área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26 fev. 2018.

Brasil. Ministério da Saúde. Gestão da Educação em Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília, DF: 2009.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 3.194, de 28 de novembro de 2017. Dispõe sobre o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde - PRO EPS-SUS. Diário Oficial da União, 2017.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Manual Técnico 2018 - Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS - PRO EPS-SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Orientações para o Planejamento das Ações de EPS no SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Manual de Apoio aos Gestores do SUS para a implementação do COAPES. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Glossário temático: gestão do trabalho e da educação na saúde. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde: Inovando o papel da Atenção Primária nas redes de Atenção à Saúde: resultados do laboratório de inovação em quatro capitais brasileiras. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

Brasil. Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Diário Oficial da União 2007; 20 ago.

Brasil. Portaria GM/MS nº 198, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2004.

Brehmer, L. C. F.; Ramos, F. R. S. Integração ensino-serviço: implicações e papéis em vivências de Cursos de Graduação em Enfermagem. Revista Escola de Enfermagem da USP, v. 48, n. 1, p. 119-126, 2014.

Ceccim, R. B.; Feuerwerker, L. C. M. O Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva, v. 14, n. 1, p. 41- 65, 2004.

Centre for the Advancement of Interprofessional Education – CAIPE. Interprofessional Education Guidelines 2017. United Kingdom: CAIPE, 2017.

Costa, L. S. Innovation in healthcare services: notes on the limits of field research. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 32, supl. 2, e00151915, 2016.

Ferraz, L.; Vendruscolo, C.; Marmett, S. Educação Permanente na Enfermagem: uma revisão integrativa. Revista Baiana de Enfermagem, Salvador, v. 28, n. 2, p. 196-207, maio/ago. 2014.

Feuerwerker LCM. Gestão dos processos de mudanças na graduação em medicina. In: Marins JJN, Rego S, Lampert JP, organizadores. Educação médica em transformação: instrumentos para a construção de novas realidades. São Paulo: Hucitec; 2004. p. 17-39.

França, T.; Pierantoni, C. R.; Belisario, S. et al. A capilaridade da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no Brasil. Atas CIAIQ 2016: Investigação Qualitativa em Saúde, v. 2, 2016.

Macêdo, N. B.; Albuquerque, P. C.; Medeiros, K. R. O desafio da implementação da educação permanente na gestão da educação na saúde. Trabalho, Educação e Saúde, v. 12, n. 2, p. 379-401, 2014.

Nicoletto, S. C. S.; Bueno, V. L. R. C.; Nunes, E. F. P. A. et al. Desafios na implantação, desenvolvimento e sustentabilidade da Política de Educação Permanente em Saúde no Paraná, Brasil. Saude e Sociedade, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 1094-1105, 2013.

Oliveira NA de. O SUS e a Integração Ensino, Serviços de Saúde e Comunidade. Blog Direito Sanitário: Saúde e Cidadania, de May 6, 2014. Disponível: <http://blogs.bvsalud.org/ds/2014/05/06/o-sus-e-a-integracao-ensino-servicos-de-saude-e-comunidade/>

Omachonu VK, Einspruch NG. Inovação nos sistemas de atenção à saúde: quadro conceitual. The Innovation Journal: The Public Sector Innovation Journal 2010; 15:1-20.

Peduzzi, M. The SUS is interprofessional. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v. 20, n. 56, p. 199-201, 2016.

TIPO DE AVALIAÇÃO: , realização de seminário sobre o tema